

Folha de S. Paulo

20/05/1986

Assassinatos no campo — impunidade

Paulo Sérgio Pinheiro

Qual é a carne que vale menos no Brasil? Em geral a das classes torturáveis é desvalorizadíssima. Além das mortes "naturais", desvendadas pelo relatório Jaguaribe, privilégio dos 70% de miseráveis, há outras. Anualmente centenas de descendentes das classes operárias são mortos nos combates com a polícia, nas prisões, nas delegacias, nas instituições de menores, de indigentes, hospitais psiquiátricos, nos acidentes de trânsito. Na categoria, o Brasil é campeoníssimo.

Mas, além da carne popular urbana, muita carne rural é abatida. Um vasto silêncio dissimula uma carnificina especializada em curso no campo. O assassinato, pelas costas, do padre Josimo Moraes Tavares, coordenador da Comissão Pastoral da Terra, na região do "Bico do Papagaio", norte de Goiás, é um estampido seco e brutal contra as indiferenças diante dessa matança.

Brasil, sempre e agora. Poderia ser o nome do minucioso, rigoroso, implacável levantamento Assassinatos no campo. Crime e Impunidade 1964-1985, publicado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. São 1.106 cadáveres. Em 1974, começo da abertura política mais longa do mundo, foram assassinados 22 trabalhadores. Em 1985, primeiro ano da Nova República, foram assassinados dez vezes mais trabalhadores rurais: 222. Quanto mais abertura, mais cadáveres no campo: paradoxo que se constata ao verificar que durante o apogeu da "lenta gradual e segura", entre 1980 e 1984, foram assassinados mais trabalhadores (499) do que num período quatro vezes maior, de 1964 a 1979 (386). Os proprietários, as Polícias Civil e Militar, o Judiciário, muitos prefeitos, no interior do Brasil, ainda não foram avisados de que há uma democratização em curso no Brasil. E que o homicídio, mesmo contra a carne popular rural, é crime. O Estado campeão nesse período de vinte e dois anos de assassinatos rurais é o Pará, com 273 mortes. Seguem-se a brejeira Bahia, com 142 cadáveres e logo o Mato Grosso do Norte, com 128. Modernidade, progresso, civilização nas áreas urbanas não anulam a tirania rural: em 19136, já foram assassinados, até hoje, mais 115 trabalhadores rurais.

Para se entender o massacre, lembre-se que a escalada de mortes acompanha o aumento da organização dos trabalhadores do campo. Com a omissão do poder do Estado (ou pior com a convivência do aparelho policial civil e militar: quem diz são as autoridades federais hoje) os proprietários e os chefes políticos locais, muitas vezes se confundindo, tentam barrar no cano do revólver as reivindicações. O período de 1968 e 1981, em plena ditadura militar, outro paradoxo, foi marcado por um dramático crescimento dos trabalhadores rurais sindicalizados. Já em 1980 havia mais sindicatos rurais (2.144) do que urbanos (2.069). Há nesse mesmo ano mais trabalhadores rurais sindicalizados (6.896.257) do que urbanos (4.271.450) ou profissionais liberais (147.307). Bjorn Maybury-Lewis, pesquisador do Departamento de Ciência Política, Universidade de Colúmbia, Nova York, que desenvolve projeto sobre o tema, diz que esse crescimento não é somente o maior em termos absolutos, mas também o maior em termos relativos de crescimento de sindicalização rural em toda a América Latina.

Além dos sindicatos, organizados na moderna e ativa Contag (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura), há uma rede de movimentos que apóiam essas lutas como a Comissão Pastoral da Terra, da Igreja Católica: "num continente convulsionado pela hegemonia retrógrada que nele exerce o poder militar, em face do qual a única força que se lhe opõe, e no seu nível mais profundo rente ao povo", é a Igreja, que "faz a transfusão para as

veias do povão de Deus dos ensinamentos das encíclicas", registrava Mário Pedrosa aqui na Folha, em agosto de 1978. Padre Josimo, hoje, a religiosa agostiana Cleusa Carolina Rody Coelho, em abril de 1985, no Amazonas, e vários outros foram abatidos nessa ação compassiva e dedicada. Há também os advogados da Anatag (Associação dos Advogados de Trabalhadores Agrícolas), alvos prediletos dos tiranetes rurais. E os profissionais e técnicos da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária). Um ministério da Reforma Agrária, legitimiza (ainda que moderadíssimamente) as lutas por mudanças na propriedade da terra. Em São Paulo, o governo Montoro faz inúmeras iniciativas precursoras de desapropriação de terras, assentamento de trabalhadores e distribuição de títulos de terra. Pois a matança considera todos os envolvidos nessas lutas e reformas como inimigos. E avançam em guerra.

É uma carnificina qualificada, não se atira a esmo. Os alvos preferenciais são os que se organizam e resistem, lideranças que procuram organizar a resistência, líderes sindicais, advogados, líderes de pequenas comunidades, como lembra d. José Gomes, bispo de Chapecó e presidente da Comissão Pastoral da Terra nacional. Como durante as primeiras décadas se fez com as lideranças do movimento operário: presos e deportados (se assassinava menos que hoje). Assim o Estado e os empresários destruíram a espinha dorsal dos grandes movimentos, grevistas e organizadores das associações sindicais dos anos 1900 e 1910.

Além dessa regularidade das vítimas, o relatório sobre os assassinatos expõe a convivência entre autoridades policiais, mandantes executantes. "Não atirem, sou colega de vocês", gritava um jagunço durante um cerco policial na Fazenda Sampaio, na Bahia. O pistoleiro preso confessou que o chefe do bando dissera para ficar tranquilo "porque o delegado de polícia José Antônio da Silva e as autoridades de Canavieiras estavam por dentro". Em Canápolis, um delegado de polícia e um soldado mataram um lavrador dentro da delegação. São inúmeros os casos de membros das polícias militares responsáveis por mortes. O item "providências jurídicas" tem como notação mais comum: "nenhuma, que se tenha notícia". Delegados não acham pistas, diligências se eternizam, prisões em flagrante são relaxadas com generosidade. Quase nunca assassinos e mandantes são condenados. Espantosa é a quantidade de bóias-frias mortos em acidentes de caminhão e ônibus, com impunidade consagrada para os responsáveis.

A maioria da população brasileira que trabalha no campo vive fora do Estado de Direito que a transição democrática quer construir. Ali a fórmula conspiração das classes dominantes em conluio com as autoridades do Estado deixa de ser uma mera força de expressão retórica. Não se pode esperar a Constituinte para se fazer cessar essa sanguinolenta tirania.